



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 176977 - SP (2021/0000269-0)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
SUSCITANTE : **LEAO ENGENHARIA LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL**
SUSCITANTE : **SANEN ENGENHARIA LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **CAMILA BERTOLUCI FARIA - SP277167**
 TOMAS JOSE GARCIA RANGEL - SP397822
 ISABELA BAZON DI LUCCIA - SP390616
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL DE RIBEIRÃO**
 PRETO - SP
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL DE RIBEIRÃO**
 PRETO - SP
SUSCITADO : **JUÍZO DA 4ª VARA DO TRABALHO DE RIBEIRÃO PRETO -**
 SP
INTERES. : **OSNI DAMIAO COTIAS**
ADVOGADOS : **FLAVIA NOMURA BOSCOLO RIEMMA - SP311865**
 FRANCISCO DE PAULO VIEIRA - SP277055

DECISÃO

Cuida-se de conflito de competência com pedido liminar suscitado por LEÃO ENGENHARIA LTDA. e SANEN ENGENHARIA LTDA., ambas em recuperação judicial, em que apontam como suscitados o JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL DE RIBEIRÃO PRETO (SP), o JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL DE RIBEIRÃO PRETO (SP) e o JUÍZO DA 4ª VARA DO TRABALHO DE RIBEIRÃO PRETO (SP).

Alegam que fazem parte do mesmo grupo econômico e que tiveram seus pedidos de recuperação judicial deferidos pelos Juízos da 8ª e 10ª Varas Cíveis da Comarca de Ribeirão Preto (SP). A recuperação judicial da Leão Engenharia Ltda. foi processada em 18/5/2016, nos autos tombados sob o n. 1013208-15.2016.8.26.0506 (fls. 133-139), e a recuperação da Sanen Engenharia Ltda., em 10/3/2017, no Processo n. 1046063-47.2016.8.26.0506 (fls. 388-398).

Afirmam ainda que, a despeito da determinação de suspensão das execuções, o Juízo da 4ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto, nos autos da Reclamação Trabalhista n. 0010771-77.2017.5.15.0073, em que as suscitantes figuram como responsáveis solidárias, determinou o prosseguimento da execução contra as duas empresas.

Defendem a competência do Juízo universal para deliberar sobre seu

patrimônio.

Postulam, liminarmente, "que o Juízo Suscitado da 4ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto/SP abstenha-se de praticar atos executórios, suspendendo a presente execução, como por exemplo, de constrição de ativos financeiros/bens das suscitantes nas Reclamações Trabalhistas que se encontram ou que chegarem à fase de execução até a decisão final proferida nestes autos" (fl. 31).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Defiro o pedido de gratuidade da justiça, uma vez que as suscitantes comprovaram seu estado de incapacidade econômica por meio dos documentos de fls. 140-374 e 399-590.

Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, os atos de execução dos créditos individuais e fiscais promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial, bem como quaisquer outros atos judiciais que envolvam o patrimônio das referidas empresas tanto sob a égide do Decreto-Lei n. 7.661/45 quanto da Lei n. 11.101/2005 devem ser realizados pelo juízo universal.

Também estão sujeitas a esse juízo quaisquer deliberações acerca de valores relativos a depósitos recursais existentes em reclamações trabalhistas, ainda que efetivados anteriormente à decretação da falência ou ao deferimento da recuperação judicial.

Confirmam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. LIMINAR DEFERIDA. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO TRABALHISTA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. JUSTIÇA LABORAL. DEPÓSITO RECURSAL REALIZADO ANTES DO DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO. RETENÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL. ART. 76 DA LEI N. 11.101/2005.

1. Os atos de execução dos créditos individuais e fiscais promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial, tanto sob a égide do Decreto-Lei n. 7.661/45 quanto da Lei n. 11.101/2005, devem ser realizados pelo Juízo universal. Inteligência do art. 76 da Lei n. 11.101/2005. Precedentes.

2. A decretação da falência carrega ao juízo universal da falência a competência para distribuir o patrimônio da massa falida aos credores conforme as regras concursais da lei falimentar, inclusive, decidir acerca do destino dos depósitos recursais feitos no curso da reclamação trabalhista, ainda que anteriores à decretação da falência (CC 101.477/SP, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/12/2009, DJe 12/05/2010).

3. É da competência do juízo da recuperação a execução de créditos líquidos apurados em outros órgãos judiciais, inclusive a destinação dos depósitos recursais feitos no âmbito do processo do trabalho (CC 162.769/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA

SEÇÃO, julgado em 24/06/2020, DJe 30/06/2020).

4. Agravo interno não provido. (AgInt no CC n. 172.707/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, DJe de 2/10/2020.)

AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO - DECISÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO - PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO EM FACE DE EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL - COMANDO QUE AFRONTA DECISÃO DO STJ ADOTADA NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA N.º 152.434/MG - RECLAMAÇÃO JULGADA PROCEDENTE.

INSURGÊNCIA DA AGRAVANTE.

1. Consoante a jurisprudência desta eg. Corte Superior, o ajuizamento da reclamação, que constitui medida correicional, pressupõe a existência de um comando positivo desta Corte Superior cuja eficácia deva ser assegurada, protegida e conservada. (ut Rcl 2784/SP, 2ª Seção, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ 22/05/2009) 2. Iniciada a recuperação judicial, é mister que os atos constritivos aos ativos da sociedade sejam submetidos ao Juízo Recuperacional, sob pena de esvaziamento dos propósitos da recuperação. Precedentes da Segunda Seção.

2.1. As decisões proferidas pela Justiça do Trabalho que determinaram o prosseguimento da execução trabalhista implicaram, de fato, em ofensa à autoridade do julgado desta Corte, a ensejar o acolhimento da reclamação.

3. Agravo interno desprovido. (AgInt na Rcl n. 35.032/MG, relator Ministro Marco Buzzi, Segunda Seção, DJe de 4/12/2020.)

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

AÇÃO TRABALHISTA. DEPÓSITOS RECURSAIS.

1. Após o deferimento da recuperação judicial, é do juízo de falências e recuperação judicial a competência para o prosseguimento dos atos de execução relacionados a reclamações trabalhistas movidas contra a empresa recuperanda.

2. Ao Juízo recuperacional compete, inclusive, deliberar sobre os depósitos recursais constantes de ações trabalhistas, ainda que realizados anteriormente ao pedido de recuperação. Precedentes.

3. Agravo interno não provido. (AgInt no CC n. 163.175/GO, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Segunda Seção, DJe de 9/12/2020.)

Ressalte-se que esta Corte Superior mitiga a aplicação do art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/05, que assegura aos credores o direito de prosseguir em suas execuções individuais após o transcurso do prazo de 180 dias a partir da data em que deferido o processamento da recuperação judicial, por entender que sua aplicação "se mostra de difícil conciliação com o escopo maior de implementação do plano de recuperação da empresa" (CC n. 176.778/SP, Ministro Marco Aurélio Bellizze, DJe de 18/12/2020).

Verifica-se, portanto, a presença do *fumus boni iuris* relativo ao pedido de

suspensão da execução trabalhista.

O *periculum in mora*, por sua vez, está demonstrado por meio da decisão do Juízo da 4ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto, ora suscitado, que determinou o prosseguimento da execução, inclusive com indicação de bloqueio de ativos financeiros das empresas suscitantes (fls. 731-734).

Ante o exposto, defiro parcialmente o pedido de liminar para suspender, até decisão final do conflito de competência, os atos executórios promovidos pelo Juízo da 4ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto (SP), nos autos da Ação Trabalhista n. 0010771-77.2017.5.15.0073.

Designo, em caráter provisório, a) o Juízo de Direito da 8ª Vara Cível de Ribeirão Preto (SP) para resolver as questões urgentes relativas à Reclamação Trabalhista n. 0010771-77.2017.5.15.0073 no tocante ao patrimônio de Leão Engenharia Ltda; e b) o Juízo de Direito da 10ª Vara Cível de Ribeirão Preto (SP) para decidir as medidas porventura prementes, relativas à mesma reclamação trabalhista, que envolvam os bens de Sanen Engenharia Ltda.

Em razão da gratuidade de justiça deferida, distribua-se o feito.

Comunique-se com urgência aos Juízos suscitados para que prestem as devidas informações no prazo de 10 dias.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao relator.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente